

# Crítica de Lília Schwarcz a 'Black Is King': procure o erro

**[RESUMO]** Ao comentar reação negativa a artigo de Lília Schwarcz, na Folha, sobre o novo álbum visual de Beyoncé, pesquisadora argumenta que o erro de antropóloga foi ter sido condescendente no intuito de evitar ofensas, desviando-se da confrontação das ideias, o que resulta em um enfrentamento indeciso ao racismo, que em nada emancipa

Por **Rosane Borges**

Jornalista, professora pesquisadora do grupo Colabor (ECA-USP) e conselheira do Core (Conselho Internacional Reinventando a Educação)

Ilustração **André Stefanini**

Artista gráfico e ilustrador

Causou espécie nas últimas semanas o artigo "Filme de Beyoncé erra ao glamorizar negritude com estampa de oncinha", de autoria da antropóloga e historiadora Lília Moritz Schwarcz, publicado nesta Folha.

Em se tratando da mais importante artista pop do nosso tempo, cujas produções espetaculares chegam sempre cercadas de expectativas amplificadas, a reação negativa ao artigo de Schwarcz foi acachapante e tornou-se, em um lapso de tempo curtíssimo, um dos "trending topics" das redes sociais.

Na paisagem densa, onde não cessam de florescer perspectivas diversas, sobressaem-se três questões que vêm dominando o debate: 1) o exame das formas culturais africanas de modo essencialista e reducionista; 2) a não legitimidade da autora para falar de temas tão caros à comunidade negra planetária, já que se trata de uma mulher branca; e 3) a obstinação do racismo nas máquinas de produção e difusão dos discursos, no caso em tela o jornalismo, que seguem sovinas em partilhar o comum do mundo com grupos historicamente discriminados.

De forma abreviada, este artigo se debruça sobre tais questões e tenta, a partir delas, dar mais uma volta no parafuso e arguir que, embevecidos por esses embates candentes, deixamos de fora o foco principal do incêndio. Reservemos por ora essa provocação.

De partida, não devemos negligenciar o fato de que "Black Is King", álbum visual de Beyoncé, é um produto da indústria cultural e como tal comporta toda sorte de recepção e interpretação, inclusive as que habitam o polo das críticas negativas.

Também de partida, devo dizer que o artigo de Lília Schwarcz é ruim não porque ultrapassou os limites da ética do bem dizer, mas porque, de um lado, adota o traço da boa consciência antirracista, indeciso quanto ao tom argumentativo a ser adotado, recusa em ferir suscetibilidades, e, de outro, despe-se de uma crítica estética capaz de dar suporte à análise que faz do filme.

O que se lê é um texto pendular, imerso na profundidade de um pires, que ora se inclina para o elogio, ora para a reprovação (pendendo para elogios). Vamos às questões:

## Sobre reducionismos e essencialismos

Para Lília, o filme reconstrói uma África essencialista, idílica, que não mais existe e que parece nada dizer para jovens ambientados no contexto politizado e racializado do Black Lives Matter. Diz ela: "Duvido que jovens se reconheçam no lado didático dessa história de retorno a um mundo encantado e glamorizado".

Porém, para Lília, que tipo de horizonte cultural o ambiente político do Black Lives Matter constrói de tal modo a tornar impossível a identificação daqueles jovens com "Black Is King"? Um rápido sobrevôo sobre as práticas de consumo juvenis negras contemporâneas parece não autorizar tal afirmação.

A ideia de uma África imaginada, idílica, da forma que foi posta, de maneira desleixada, soa também estranha. E não porque o diz, mas como o diz. Parece Lília esquecer da regra de ouro de Benedict Anderson, segundo a qual nações são narrações. A crítica ao figurino de oncinha, leopardo, brilho e cristal como recurso estereotipante derrapa de forma evidente no solo dos estereótipos.

A título de lembrete, o capitalismo se incumbiu de dar um toque atemporal para o que o mercado batizou de estampa de animal print, com peças que vão do cool ao kitsch (sem dizer que o que Lília considera vestimentas integrantes de um mundo encantado integram sistemas culturais complexos na África, ontem e hoje, conforme muitos artigos que se opuseram aos seus argumentos vêm demonstrando).

Mas o que dizer de artigos e posições de pessoas, grupos, estudiosas e ativistas africanos que tiveram posição semelhante a de Lília Schwarcz? Significa que eles podem, pois são negros? De Jade Bentil, historiadora e feminista negra, passando por Boluwatife Akinro, Jucaelle Irakoze, até chegar em produtoras e produtores culturais engajados com a emancipação da África, tem-se um conjunto espesso de críticas que xergam em "Black Is King" um flerte com o estereótipo e o reducionismo.

De acordo com Bentil, há o risco de longas consequências de com o filme se cair na wakandização (uma referência a Wakanda, país fictício da série de HQs e do filme "Pantera Negra", que, para ela, essencializou as culturas africanas pelo Ocidente, reduzindo-as a um bloco monolítico); para Irakoze, Beyoncé constrói indiretamente uma narrativa que não consegue se livrar dos liames das amarras colonizantes, apesar de considerá-la uma artista transcendente, capaz de instalar em nós uma imaginação libertadora. Pois bem, qual seria a diferença entre a análise Lília Schwarcz e das pessoas acima referidas?

A diferença é que Lília dispensou a companhia da análise abalizada, utilizou ferramentas inadequadas, fez uso de lutas com foco distorcido. O problema não é, portanto, falar de essencialismo, mas ser essencialista para dele falar; não é flagrar a presença do estereótipo, mas estereotipar para demonstrá-lo.

## Em torno da legitimidade de falar sobre o filme

Lília Schwarcz pode (e deve) se expressar publicamente sobre "Black Is King" e sobre tudo o que se sentir autorizada. A crítica em relação à sua fala pública para discorrer sobre uma gama variada de temas alusivos à questão racial negra ganha validade quando pomos em cena o debate, também febril, sobre quem está autorizado a incidir no espaço público com o discurso competente.

Para o teórico francês Jacques Rancière, a partilha do sensível "dá a ver quem pode tomar parte do comum em função do que faz, do tempo e

do espaço nos quais essa atividade é exercida. Ter esta ou aquela ocupação define, assim, as competências ou incompetências para o comum. Isso define o fato de ser ou não visível em um espaço comum, dotado da palavra comum".

A reivindicação não é, portanto, pelo silenciamento de Lília Schwarcz, mas pela escuta de outras vozes (vendo insistindo que a escuta é uma decisão política). Em uma sociedade racista e patriarcal, não são apenas os corpos de mulheres e homens negros que sofrem asfixia —suas vozes também são abafadas, interdadas, desconsideradas.

A intelectual e fundadora do feminismo negro brasileiro, Lélia Gonzalez, preferiu palestra memorável em que principia desconcertantemente: "Agora o lixo vai falar".

Com ironia fina, a fala de Lélia incidiu sobre a distribuição do sensível, perturbou os lugares onde são determinados os modos de articulação entre formas de ação, produção, percepção e pensamentos. Etal distribuição não significa atribuir a grupos historicamente discriminados o previsível papel de falarem apenas de si próprios.

## A responsabilidade das instituições e o papel do jornalista

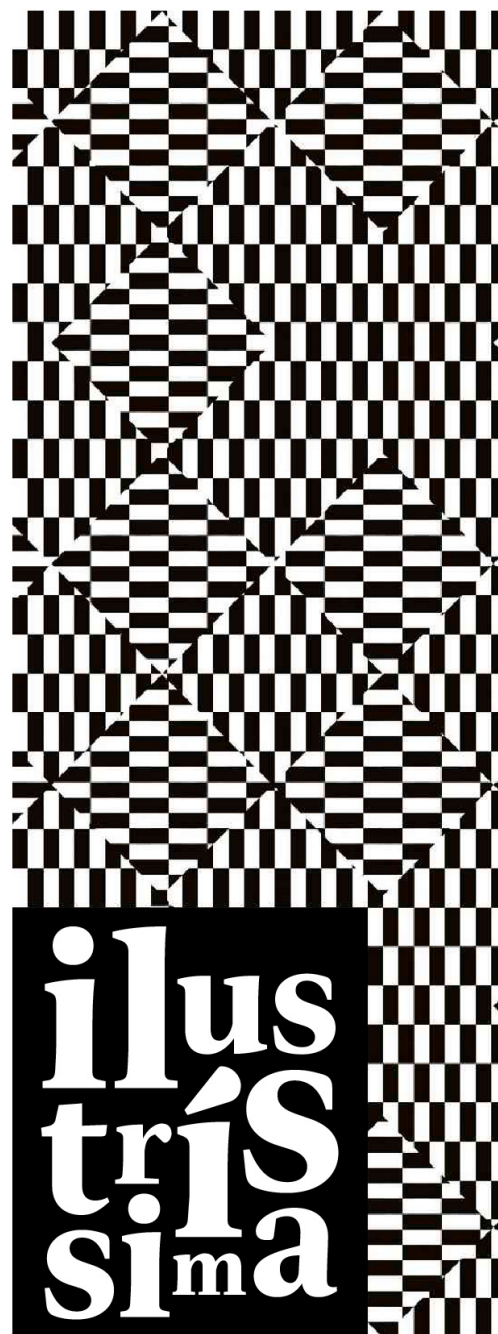
A fatura dessa assimetria deve ser endereçada também a este jornal e a tantos outros veículos de informação que tornam visíveis, em sua esmagadora maioria, corporeidades raciais hegemônicas para o exercício da vocação de construir e partilhar o comum no campo da crítica cultural. A propósito, o que vimos designado como crítica cultural no Brasil padece da falta de presença significativa de vozes negras e indígenas.

Voltemos ao foco principal do incêndio, apenas referido linhas acima. Já que o erro e o acerto foram a métrica para avaliar o texto de Lília Schwarcz, em que ela errou? Em dizer que o filme "Black Is King" é essencialista? Em ter aceito o convite da Folha, mesmo assumindo publicamente que não entendia do riscado? Em ser branca falando de temática negra?

Se fomos permanecer nessa tripla, defendendo que o erro de Lília reside na condescendência, ao contrário do que a maioria das críticas assinalou. Ela é condescendente do início ao fim do seu artigo e assim permanece quando pede desculpas e assume o erro por ter dito o que não deveria ter dito.

Sinceramente, não esperava desculpas de Lília porque texto ruim não se conserta com retratação, mas com as possibilidades de ser superado, do ponto de vista do argumento, por outros textos e posições discursivas.

Quando a autora pede para Beyoncé sair da sala de jantar e deixar a história começar outra vez, e em outro sentido, revela sem dizer que "Black Is King" a desagradou mais do que consegue enunciar. Algum problema nisso? Nenhum.



A questão é que, ao tentar agradecer, ao tentar se posicionar do lado de uma boa consciência antirracista, foge de uma crítica estética que seja capaz de demonstrar por que efetivamente é preciso construir a história em outro sentido, uma vez que elenca mais coisas boas que ruins em "Black Is King".

Eis o erro de Lília: tentar poupar mentes e corações negros, ser condescendente, não "pegar pesado", não ferir (tanto que pede desculpas).

Dizer que foi elogiosa com o filme ao mesmo tempo que sugere zerar o jogo, construir a história em outro sentido, é uma flagrante contradição que põe em cena os efeitos tóxicos de uma neblina difícil de transitar, onde a boa consciência antirracista parece não saber muito como se posicionar e o que dizer quando se engaja na luta contra o racismo, como acredito ser o seu caso.

Sobre esse episódio, poderíamos provocar: o que representa a convocação antirracista? E como se responde a ela, em sentido parte do mundo privilegiado?

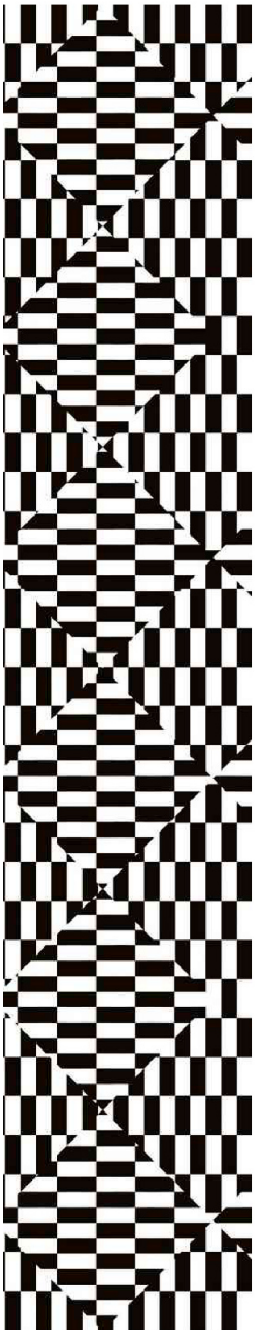
Uma das reações mais virulentas ao artigo foi motivada pelo fato de Lília mandar Beyoncé sair da sala de jantar, o que significou para muita gente um enunciado au-

toritário e senhorial. Se a gente circunstanciar a frase, a coisa muda de figura: sabe-se que o mando e a subalternização se configuram no imperativo, em frames discursivos que posicionam as pessoas em lugares sociais determinados, pressupondo assimetrias.

Relação assimétrica, no caso em questão, não deixa de existir, mas desta vez quem está na posição de poder não é Lília e nem a Folha, mas Beyoncé. Suplementarmente, pode-se dizer que, do ponto de vista da forma, uma crítica cultural comporta tons prescritivos e imperativos.

Pode-se ainda retrucar que a frase é sim arrogante, senhorial e colonizadora porque não atinge Beyoncé, mas milhares de mulheres negras que se sentem representadas por ela. Novamente discordo: só em um mundo neoliberal, atravessado por eus, se pode cogitar que o processo de identificação com uma celebridade se dá também a partir das críticas que se fazem a ela. Por mais que insistamos que Lília Schwarcz teve ataque de sinha, que foi autoritária, o efeito dessa sentença resultou inócuo, beirando ao ridículo.

A insistência no enunciado é motivado, portanto, por outras questões, uma vez que é pela condescendência argumentativa que o texto de Lília nos afeta, mesmo se fizer uso de atenuantes semânticos.



# O cancelamento da antropóloga branca e a pauta identitária

**[RESUMO]** Autor discute os termos do cancelamento da antropóloga Lília Schwarcz nas redes sociais. Em sua avaliação, o episódio revela disputas acirradas entre militantes identitários que, por meio de práticas autoritárias e ofensivas, tentam se firmar como os únicos debatedores legítimos de temas raciais

Por **Wilson Gomes**

Professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital. Autor de "Transformações da Política na Era da Comunicação de Massa" (Paulus), entre outros livros

Aconteceu nestes dias o cancelamento ou linchamento digital nº 4.984.959.569, realizado por defensores de pautas identitárias, desta vez identitários negros. Cancelamentos e linchamentos são hoje das ações mais banais das estratégias dos identitários, sejam esses de esquerda ou de direita, principalmente depois que grande parte das nossas vidas passou a transcorrer em direta relação com ambientes digitais.

Nesses ambientes é que se consegue facilmente mobilizar enorme montante de pessoas, insuflar em grandes massas um estado de indignação moral ou furor ético e, enfim, colocar alvos em pessoas, instituições e atos na direção dos quais toda a fúria deve ser dirigida.

Para o linchamento e o cancelamento digitais se requer, antes de tudo, uma multidão unida por algum sentido de pertencimento recíproco, motivado pela percepção de que todos estão identificados entre si por algum aspecto essencial da sua própria persona social. Um recorte comum, por meio do qual são separados e antagonizados, de um lado, o "nós", de dentro do círculo, e, de outro, "eles", os de fora.

Em geral, o ponto de corte formará grupos de referências ou comunidades baseadas em etnias, cor, gênero, orientação sexual e origem geográfica ou até mesmo em posições políticas. Desde que estas últimas possam naturalmente ser vistas como alguma coisa que constitua essencialmente um conjunto de pessoas, como é o caso da nova extrema direita.

Em segundo lugar, há que haver uma motivação moral. Linchar ou cancelar não é como inventar fake news ou disseminar teoria da conspiração, seus parentes mais próximos na família dos comportamentos antidemocráticos digitais, que podem ser realizados amoralmente, isto é, sem que valores estejam em questão. O grupo que faz um linchamento digital, por sua vez, parte da premissa de que, pelo menos naquele ato especificamente, é moralmente superior a quem está sendo justificado. A comunidade de linchadores se sente justificada porque um dos seus patrulheiros, em seu turno de guarda das fronteiras da identidade, constatou um erro, um pecado, uma violação de alguma das suas crenças por parte de algo ou alguém.

Cabe ao patrulheiro tocar a corneta e chamar às armas os vigilantes da identidade para que a punição seja aplicada e o valor pecaminosamente violado seja restaurado e reafirmado.

O cancelamento pode se seguir a linchamentos, só que o primeiro é reservado a poucos. Todo mundo pode ser um diá linchado digitalmente, mas só pessoas com visibilidade e importância social, e que é mais importante, que pareçam vinculadas a ou simpatizantes da pauta identitária, é que podem ser canceladas. O cancelamento envolve ruptura e luto, uma vez que o cancelado tem que ter representado alguma coisa para quem o cancela, mas o sentido de ultraje moral e a fúria linchadora é mesma. Desgostoso, li nesses dias os tex-

tos do cancelamento/linchamento de Lília Schwarcz pelos identitários negros. Os termos dos decretos de cancelamento são repugnantes para o meu paladar liberal-democrático, uma vez que, na grande maioria dos casos, são autoritários, ofensivos, humilhantes e, vejamos, frequentemente racistas.

Se, pelo menos, ainda fosse justa a indignação, por ter a Lília publicado um texto racista ou ofensivo, ainda assim ficaria envergonhado pelos termos do cancelamento, mas compreendia. O pior de tudo é que não, não há nada de errado com o artigo usado como desculpa para linchar. Divergir do que os outros dizem é normal e esperável, ainda mais quando se trata de artistas endeuados por fãs e pessoas identificadas com eles, mas o que veio depois disso foi violência.

Li ou vi uma centena de vídeos, posts e comentários para entender os "termos do cancelamento", e vamos ser francos de uma vez por todas: não se trata aqui meramente de uma luta por superioridade moral, como costumava ser em casos como esse, mas simplesmente de uma disputa pelo "mercado epistêmico" dos temas da questão racial.

Uma luta concorrencial entre certos negros que pretendem o monopólio exclusivo e os concorrentes não negros que falam e discutem os temas por serem especialistas nesses ou simplesmente porque se interessam pelo assunto e que precisam ser retirados do mercado.

Notem duas coisas a este ponto do argumento. Primeiro, os que podem reivindicar o monopólio dos temas não são todos os negros em geral, mas apenas o que pretendem ter os

certificados de autênticos representantes e vozes autorizadas. Outros negros que não se atrevam a negar-lhes o direito de falar em seu nome, pois arriscarão a ser, eles próprios, excluídos, como se arrisca, mais uma vez, este escriba.

Em segundo lugar, todos os outros títulos e predicados que antes autorizavam as pessoas a falar sobre "temas negros" — formação acadêmica, interesse cultural, empatia etc. — foram unilateralmente cancelados. Que este caso sirva de exemplo a todos: só negros autorizados™ podem dizer qualquer coisa sobre qualquer negro (mesmo porque são todos partes de um mesmo monólito) e seus problemas.

Claro, isso não pode ser apresentado em termos mercadológicos, mas sempre em jargão moral: "uma mulher branca dizer o que uma artista negra deve fazer é ofensivo", por exemplo. Resta saber se, em vez de Beyoncé o criticado fosse Justin Bieber, por exemplo, o que poderia ser feito dessa sentença.

É curioso como só nós damos conta desta luta pelo monopólio epistêmico quando há essas escaramuças que vemos nos cancelamentos, linchamentos e assédios digitais. Uma blitzkrieg eficiente sempre rearranja o campo. Para os atacantes, são chances de melhor se posicionarem no mercado epistêmico: quem mais lacrar e mais humilhar mais acumula capital. Naturalmente, quem já está bem posicionado no campo acumulará ainda mais prestígio e distinção.

O padrão, que já vimos repetidos milhares de vezes, é sempre o mesmo. Um patrulheiro dá o alarme após detectar aquilo que, na sua sensibilidade identitária, é uma violação das suas crenças. Em seguida, se já não tiver sido o caso, uma voz autorizada™ acionará a sua rede, composta por pessoas que compartilham dogmaticamente as suas crenças, para a denúncia do comportamento inadequado, para a exposição do infrator ou para envergonhá-lo publicamente.

E como, na dinâmica dos ambientes digitais, uma rede inevitavelmente toca a outra, em pouquíssimo tempo toda a ecologia midiática da comunidade identitária, composta por vozes autorizadas, mas também por pretendentes a influências digitais e abelhinhas de combate, estarão atacando em enxame para fazer desse caso um exemplo para intimidar futuros infratores. Reafirmados os valores tribais, seguem a vida, a vigilância, as patrulhas, o alarme e novos ataques. Foi só mais um honesto dia de trabalho da polícia identitária.

E ai dos atacados, que são vítimas, mas nem isso podem alegar, uma vez que no linchamento identitário são justamente "as vítimas ontológicas", portanto, imunes às circunstâncias, os que lhes arrancam pedaços da reputação, eventualmente empregos e vida, enquanto choram pela opressão estrutural.

É luta por acúmulo de autoridade em termos de raça e de etnia. Um capital que depois vai render no mercado de palestras, livros, produtos culturais, posições aca-

dêmicas, convites internacionais, empregos na mídia, cargos públicos e autoridade tribal.

O mercado epistêmico é um mercado como qualquer outro, claro, mas não pode aparecer assim e precisa se camuflar como disputa moral pela superioridade no horizonte dos valores. E há os crentes e simpatizantes que juram que há apenas questões morais em jogo.

O que me assusta, em todos esses ataques, é a enorme complacência e cumplicidade da esquerda na tentativa de tornar nobre aquilo que, no fundo, é um discurso e um comportamento de um tremendo autoritarismo. O que li nos termos do cancelamento foram coisas como "cala a boca", "racista", "se eu fosse você estaria com vergonha agora", "a antropóloga branca não sabe o seu lugar". É um filofascismo sem oposição dos antifascistas, porque os antifascistas são cúmplices. Lamentavelmente.

A própria Lília Schwarcz publica um mea-culpa em que aceita, empática, uma por uma as premissas dos que a atacam e que estão lutando por monopólio no mercado epistêmico. Não as examina, não as discute, nada. Renuncia docilmente ao exame racional das alegações e aceita dogmaticamente que quem a ataca tem razão.

Mas, vamos ao que deveria ser essencial. É Lília Schwarcz racista? Não me parece possível. O seu texto é racista? Nada nele dá a entender isso. Por que, então, aceitar as acusações de racista e as descomposturas em que se lhe acusam de ter exorbitado por ter falado sobre o que está proibida de falar simplesmente por não ser da raça ou da cor que reivindica o monopólio do tema?

Ora, é muito simples. Porque Lília Schwarcz é de esquerda — ou progressista ou liberal, vocês escolhem. Na estrutura mental, sentimental e política de um progressista, ela não pode desafiar o dogmatismo, o autoritarismo, o dedo na cara e a interdição quando vêm dos "oprimidos". Tem que aceitar, pedir desculpa, jurar que não fará de novo.

A esquerda pede desculpas aos linchadores oprimidos até quando sabe que não está errada. "Não desista ainda de mim, posso melhorar", suplica o progressista. E, em todo caso, torna-se o cúmplice que reatualmente a fera.

Não se iludam: tem muita gente na esquerda que acha que linchamentos, cancelamentos, assédio e assassinatos de reputações são feitos quando praticados pela direita. Pelos identitários, é justiça.

Claro, os identitários negros radicais não são bestas. Não cancelam nem lincham os racistas, a direita conservadora. Sabem que os seus ataques seriam inúteis contra um Sérgio Camargo, que ocupa as cotas da direita identitária no governo Bolsonaro e está ali só para que o bolsionarismo tenha uma prova de que não é racista, mas cujo único objetivo na administração pública parece ser provocar diuturnamente os identitários negros — e todos os outros negros, de sobra.

Um Olavo de Carvalho, um Weiraub, ou mesmo um dos "igartos" do presidente, que vivem de provocação só para ver se vem algum ataque orquestrado dos enxames identitários de esquerda, uma vez que isso lhes daria lobo, currículo e distinção no bolsionarismo. Que, diga-se de passagem, é estruturalmente um identitarismo de direita, que se alimenta justamente do ressentimento criado pelos identitários de esquerda.

Afinal, Bolsonaro passou a vida agitando panos vermelhos para atacar a fúria dos identitários de esquerda e capitalizar com isso, como o sucesso eleitoral que todos conhecemos.

Os identitários de esquerda, portanto, atacam justamente onde podem machucar, ou seja, só arremetem contra pessoas de esquerda ou pessoas com empatia. Afinal, ninguém pode difamar uma outra pessoa se o alvo justamente deseja a "fama" que se quer imputar-lhe.

Sérgio Camargo acordou todo santo dia para tentar preencher as cotas de insultos de "racista" e "capitão do mato" que os identitários de esquerda vão preencher, inocentemente. Depois vai "printar" e colocar na rede. Já Lília... Bem, Lília vai pedir desculpas e dizer que aprendeu a lição. Afinal, passou a vida lutando contra o racismo, ensinando contra o racismo, publicando contra o racismo. Nela deve doer ser acusada de racista e, pior, usurpadora do lugar de falar, uma pessoa sem noção que acha que pode compartilhar uma episteme que doravante é monopólio dos negros. Triste isso. ←

Enos afeta da pior forma, pois exclui de antemão a possibilidade de escuta a partir do que fere. Fredric Jameson, um dos principais críticos culturais do nosso tempo, diz que a história é o que fere, o que recusa o desejo, o que coloca limites inexploráveis à prática individual e coletiva".

Inevitavelmente, todas essas discussões me fizeram lembrar bell hooks, pseudônimo (escrito em letras minúsculas) de outra crítica cultural de proa, que nunca é condescendente em seus textos. De Wim Wenders, passando por Madonna até chegar a Spike Lee, tem-se a elaboração daquilo que a própria pensadora chama de crítica cultural radical.

Em certos sentidos, bell hooks dialoga com Jameson, para quem é "válida uma crítica cultural empenhada, cuja proposta é compreender o funcionamento da vida social, explorando o potencial cognitivo de suas formas de produção simbólica".

Ao fazer atalhos para se desviar desse lugar radical de confrontação de ideias porque não pretendo ofender "o elo frágil" (reitero: ao pedir desculpa reafirma uma boa consciência antirracista que em nada emancipa), Lília Schwarcz poderia igualmente ser convidada a sair do seu gabinete ou escritório e deixar a história que fere se manifestar e recomeçar outra vez, e em sentido contrário. ←